O GOVERNO BOLSONARO E O BOLSONARISMO: RELAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS COM O EMPRESARIADO

Palavras-Chave: Bolsonarismo, empresariado, classes burguesas

Beatriz Simonetti de Mattos (Unicamp)

Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos (Unicamp)

I. Introdução

Compreender o Governo Bolsonaro da perspectiva de seu plano econômico é tarefa que nunca pode se limitar à simples apuração da estratégia de governo. Como fenômeno histórico, a construção do governo Bolsonaro tem origem em articulações que extrapolam a cena política e adentram o campo dos interesses das frações de classes perante a lógica de reprodução material como um todo. A ascensão súbita de um governo de extrema direita instiga a reflexão sob muitos aspectos: quais as bases de sustentação política do bolsonarismo? Qual o projeto econômico em questão? Como podemos caracterizar historicamente este governo? Como estes elementos se articulam na análise conjuntural? Dada a contemporaneidade do fenômeno, há grande quantidade de estudos que se debruçam sobre suas diferentes facetas, mas poucos que se propõem a tecer uma totalidade dos processos políticos e econômicos que revolvem o bolsonarismo e o Governo Bolsonaro.

Longe de ambicionar tecer esta totalidade, que demandaria a extensa avaliação de um conjunto de relações políticas e históricas com diferentes segmentos sociais, buscamos contribuir com a investigação destes fenômenos em sua relação específica com os representantes dos interesses do capital, a saber, as classes burguesas no contexto brasileiro. Nesse sentido, enfatizamos que a presente pesquisa teve como recorte as relações entre o governo e setores do empresariado, considerando o contexto de aprofundamento do neoliberalismo, da ascensão da nova direita e do movimento bolsonarista e das mudanças no bloco hegemônico de poder, procurando entender como essas mudanças impactaram a trajetória da política econômica e da própria economia. Em suma, a pesquisa teve como objetivo levantar e interpretar a bibliografia construída em torno das relações estabelecidas entre o empresariado, o Governo Bolsonaro e o bolsonarismo.

II. Metodologia

Ao longo da pesquisa, mapeamos um conjunto de análises de inspiração marxista; que trataram das relações do bolsonarismo e do governo Bolsonaro com o empresariado. Buscamos cobrir o debate em torno do tema, por meio da dissecação dos argumentos centrais de cada autor, bem como a origem de sua fundamentação (do ponto de vista empírico e teórico), reconstruindo suas hipóteses junto com o porquê destas hipóteses. É importante evidenciar que existem diversas outras interpretações destes fenômenos e da cena política, particularmente quando se adentra na ótica da relação com outros grupos

sociais, como a base popular e a relação com militares e camadas médias. Estas foram análises que não abordamos durante a pesquisa.

Ao mesmo tempo, coletamos informações e evidências históricas dos fenômenos que se apresentaram ao longo do período de desenvolvimento do projeto, de forma a ter insumos para apreender e avaliar de forma empírica o posicionamento do empresariado em relação ao governo. Nesse sentido, o estudo se utilizou de fontes tanto primárias, quanto secundárias, segmentadas em duas frentes: a primeira delas foi a identificação do posicionamento de diferentes frações de classe burguesa no contexto das manifestações antidemocráticas do feriado da Independência (07/07/2021), mediante (i) o levantamento e a classificação de declarações e cartas de posicionamento de diversas entidades representativas setores empresariais, bem como (ii) a leitura e fichamento de reportagens e notícias da mídia tradicional e blogs especializados, que abordaram os acontecimentos do feriado da independência e outras movimentações políticas marcantes. A segunda frente foi caracterizada pela leitura e classificação de autores que buscaram caracterizar (i) o governo Bolsonaro e as relações com as classes burguesas, suas entidades representativas e o projeto político-econômico em consolidação; e (ii) o bolsonarismo, suas origens e expressões. Esta frente permitiu a criação de laços interpretativos entre os conceitos históricos da teoria política (Poulantzas, 1972; Gramsci, 2017; Althusser, 1970) e seu emprego na realidade latino-americana e brasileira, sem perder de vista o objeto contemporâneo da dinâmica das relações políticas do empresariado com o governo Bolsonaro.

III. Discussão

Um primeiro ponto a respeito da classificação da literatura, é que identificamos uma dupla raiz teórica dentro do campo das interpretações marxianas, que predominaram nas análises em questão: a gramsciana e a poulantziana. Esta distinção não é absoluta: ou seja, não significa um completo afastamento na interpretação dos fenômenos e nem que não existam casos em que o conjunto de categorias de análise distintivas da literatura não foram identificadas em um mesmo autor. Ainda assim, é importante explicitar os elementos de cada fundamentação teórica que consideramos para esta classificação, quando o autor ou autora não explicitou a qual fundamentação se referia.

Para o caso do roteiro teórico-metodológico gramsciano, destaca-se a compreensão do Estado em sua *forma ampliada.* O Estado ampliado consiste no Estado restrito – o conceito de Estado em geral marxista, que abarca a burocracia, as forças repressivas, as instâncias jurídicas, legislativas e executivas – adicionado à *sociedade civil*, compreendida como a base organizativa da vida social, onde se expressa a luta de classes e se encontram os aparelhos privados de hegemonia (APH). Os APH são ordens de classe “as vontades coletivas dos grupos dominantes ou dos dominados que disputam para conquistar ou conservar hegemonia, atingindo a organização do poder do Estado, isto é, a sociedade política" (Bortone, 2022, p. 249). Como parte fundamental da constituição de uma unidade ou hegemonia interna aos APH, Gramsci aponta a figura do intelectual orgânico, como organizador do interesse de sua classe e da sociedade. "Deste modo, o desenvolvimento de uma classe ou fração depende da capacidade dos aparelhos de gerarem seus intelectuais orgânicos aptos a lhes conferirem homogeneidade” (Bortone, 2022, p. 249) Nesse sentido, para Gramsci, a dominação de classes não se exerce apenas por

intermédio da repressão, mas também pela ideologia: há uma relação importante entre dominação-repressão e direção moral-ideológica.

Vale mencionar ainda, que alguns autores parecem pincelar ainda o conceito de Althusser (1970) de aparelhos ideológicos de estado. Partindo também de Gramsci, o filósofo propôs a criação do conceito na tentativa de abarcar ao Estado ampliado um conjunto extenso de instituições que exercem seu poder ideológico sobre a sociedade: os partidos políticos, os sindicatos, a imprensa, as igrejas, a organização familiar. Em suma, as categorias de análise dos autores poderiam ser definidas como Estado ampliado, sociedade civil, aparelhos privados de hegemonia, intelectual orgânico – Gramsci – e aparelhos privados de hegemonia – Althusser.

Por sua vez, as categorias de análise de Poulantzas partem da sua compreensão das formas de regime em um Estado de tipo capitalista, que dependem da situação concreta de representatividade de classes e frações de classes por partidos políticos e da disputa pela hegemonia do bloco no poder. Neste sentido, alguns conceitos da corrente são os de cena política, crise de representatividade, frações de classe, bloco no poder, classes dominantes, reinantes, hegemônicas e detentoras.

Desta distinção, deriva-se que os autores interpretam as relações do empresariado com o governo Bolsonaro partindo de diferentes óticas, o que os leva a conclusões relativamente distintas.

Em geral, os autores que estiveram associados a uma visão poulantziana, tenderam a interpretar uma dominância política de **frações de classe burguesas associadas ao capital financeiro internacional**, ao mesmo tempo em que identificaram conflitos internos às relações políticas com o governo por parte de frações variadas – burguesas, classes médias, militares. A hegemonia destas frações se deu por conta do alinhamento geral das políticas econômicas desenhadas pelo governo Bolsonaro para com seus interesses. Por sua vez, autores associados à visão gramsciana, tenderam a interpretar uma predominância política das **classes burguesas associadas ao agronegócio**, justificando este posicionamento mediante a avaliação da força política das entidades representativas destas classes no processo político – em particular o poder da bancada ruralista (Frente Parlamentar do Agronegócio), bem como à adesão do governo Bolsonaro à um conjunto de pautas fundamentais do setor – liberalização de agrotóxicos, afrouxamento da questão fundiária e de demarcação de terras de povos indígenas e quilombolas, entre outras. Firmiano (2020), por sua vez, é um autor que se destacou no quesito de sua interpretação: mesmo usando fundamentos poulantzianos, as influências de outros autores (Meszaros e Chesnais), particularmente a ideia da reorganização da divisão internacional do trabalho mediante a crise estrutural do capital, direcionaram sua interpretação em favor de uma **integração permanente no bloco no poder por parte das frações burguesas associadas ao agronegócio – e ao capital financeiro estrangeiro**.

As interpretações acerca do bolsonarismo, por sua vez, foram quase consensuais. A despeito de pequenos desvios interpretativos, a maior parte dos autores aderiu a tese de que o governo Bolsonaro é neofascista, se utilizando de diferentes elementos para reforçar a tese. Boito (2020) é um dos autores que aparece como referência no debate, recuperando o conceito histórico de fascismo para concluir que o bolsonarismo é uma das espécies do gênero de fascismo. Para tal, o autor se utiliza das **semelhanças**

ideológicas dos movimentos, em particular o **reacionarismo** e o **negacionismo**, e as **semelhanças conjunturais** em relação ao **tipo de crise política** que gerou o movimento fascista e bolsonarista - com a ascensão ao poder da figura representativa do movimento reacionário de massas mediante o enfraquecimento de partidos trabalhistas e da direita tradicional. Outros autores frequentemente mencionados no debate da compreensão do bolsonarismo como fenômeno neofascista foram Löwy (2020a, 2020b) e Badaró Mattos (2020). A despeito do consenso em torno da natureza do fenômeno, a interpretação dos autores acerca da **relação entre o movimento bolsonarista e as classes burguesas** também teve diferentes enfoques e resultados, identificados tanto conflitos quanto alinhamentos.

Bortone (2022) enxergou na raiz negacionista do governo neofascista de Bolsonaro uma oportunidade e estratégia de enriquecimento das burguesias industriais associadas ao setor farmacêutico, na medida em que empresas que produziam os medicamentos ineficazes contra a Covid-19 – propagandeados pelo presidente (EMS, Apsen e Vitamedic) – viram suas vendas e lucratividades ampliarem consideravelmente durante o período mais intenso da pandemia. Boito (2020), em particular, entende que é da característica do movimento (neo)fascista – movimento este pequeno-burguês, de classe média, de massas – a incapacidade de estabelecer uma hegemonia política por si. Esta hegemonia política, ou seja, a ascensão do *movimento fascista* para um governo ou ditadura fascista, só pode ser realizada mediante a cooptação burguesa deste movimento, na tentativa de recuperar uma hegemonia desestabilizada[1]. Em linha similar, mas utilizando de outras referências teóricas, Cassiano (2021) entende que esta cooptação do neofascismo por parte da burguesia, que resulta no governo Bolsonaro, representa a recorrência à autocracia burguesa e a garantia de uma contrarrevolução preventiva.

Neste sentido, a grande burguesia interna (Boito, 2020) não somente se contenta com a democracia burguesa restringida e neoliberal instaurada após o golpe de Estado de 2016, como está fundamentalmente satisfeita com o governo fascista. Porém – e como verificamos com o levantamento do posicionamento empresarial realizado na primeira etapa da pesquisa –, há relutância por parte do empresariado na passagem para um regime ditatorial, ou seja, o conflito em torno da pauta antidemocrática foi uma das contradições evidenciadas na relação do governo Bolsonaro com as classes que o sustentam.

IV. Conclusões

Em função do volume de informação e a atualidade dos temas, entendemos que não há como elaborar uma análise fechada dos acontecimentos, sobretudo porque se aproximam momentos particularmente decisivos para a trajetória política e econômica do país, com as eleições de 2022.Porém, a despeito da riqueza interpretativa dos diversos autores estudados ao longo da pesquisa, podemos ressaltar algumas conclusões preliminares acerca de suas interpretações no que tange (i) a relação

[1] Na visão do autor, o golpe de 2016 representou uma rutura com a hegemonia da burguesia interna em aliança com os governos do PT, hegemonia esta conquistada pela burguesia associada (ao capital estrangeiro) no ato da deposição da presidenta. A partir de então, a crise política se desenrola no repetido enfraquecimento das alternativas de esquerda e a perda de credibilidade nos partidos burgueses tradicionais, consolidando o pacto de governabilidade e unidade burguesa sob o candidato neofascista.

desenvolvida entre as classes e frações de classes burguesas e o governo Bolsonaro; a (ii) natureza e às origens do fenômeno do bolsonarismo; e a (iii) relação das frações de classe burguesa com o bolsonarismo. Em primeiro lugar, há um consenso em torno da natureza do movimento bolsonarista como neofascista, a despeito dos distintos vieses teóricos. Em segundo, há uma percepção de que, a despeito da natureza neofascista do movimento bolsonarista e governo Bolsonaro, as frações de classe burguesa têm se posicionado de maneira relativamente distinta em relação às diferentes dimensões deste neofascismo. Existem frações que incorporaram a dimensão negacionista, na medida em que a reprodução de determinadas ideias – como a venda de medicamentos ineficazes contra a Covid-19 ou a abertura comercial em meio às tentativas de isolamento – sustentou a reprodução de suas atividades econômicas; frações que incorporaram o apelo ao autoritarismo e à violência, especialmente quando os mesmos favoreceram a posição do agronegócio no que diz respeito ao conflito fundiário e a demarcação de terras indígenas; e, ainda, frações que têm se posicionado contrariamente às manifestações antidemocráticas do poder executivo, embora não de maneira tão enfática a ponto de dar continuidade ao processo de impeachment do presidente.

Em terceiro lugar, existe uma distinção importante na definição das classes ou frações de classe hegemônicas, a depender da fundamentação teórica. Esta definição varia entre o **agronegócio**, de uma perspectiva de poder sobre as esferas decisórias do Estado e seus aparelhos, e à **burguesia associada ao capital internacional** - que não se limita ao agronegócio, mas definitivamente o incorpora -, de uma perspectiva da predominância de interesses atendidos pela política econômica governamental. Por fim, vale ressaltar que a despeito da distinção da classe ou fração hegemônica, existe um reconhecimento da inserção do capital financeiro internacional nesta hegemonia – seja por meio de sua relação com a burguesia associada, com as frações internacionalizadas do agronegócio, seja por conta do movimento global de crise estrutural do capital que dá as condições desta hegemonia.

V. Bibliografia

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução: Joaquim José de Moura Ramos. Biblioteca editorial presença, Editorial Presença/Martins Fontes, 1970.

BASTOS. **Hegemonia no bloco no poder e condomínio hegemônico: uma releitura teórica**. Aprovado para publicação, 2022.

BOITO, A. **Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do Governo Bolsonaro**. Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe (IELC), Revista OLAC – Observatório Latinoamericano y caribeño, vol. 4, nº 2, julio-deciembre, 2020.

_____. **O caminho brasileiro para o fascismo**. Caderno CRH, Salvador, v. 34, p. 1-23, 2021.

BORTONE, E. A. **O governo Jair Bolsonaro e os empresários da indústria farmacêutica**. Revista Marx e o Marxismo, v.9, nº 17, jul/dez, 2021.

CALIL, G. **Brasil: o negacionismo da pandemia como estratégia de fascitização**. Materialismo Storico, nº2, vol. IX, 2020.

CASSIANO, P. **Agronegócio, Bolsonarismo e pandemia: apontamentos de pesquis**a. Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2021. Organização: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). Atas... Niterói, ago. de 2021. Disponível em: < https://niepmarx.blog.br/MManteriores/anais2021.htm>.

FIRMINIANO, F. D. **"Quem lamenta os estragos – se os frutos são prazeres?" O bloco de poder agro do governo Bolsonaro**. Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 28, núm. 2, 2020, junho-setembro, pp. 364-387.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol 3: Maquiavel - Notas sobre o Estado e a política. Tradução: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Edição: Carlos Nelson Coutinho & Baby livros Inc., 8a ed. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2017.

LÖWY, M. Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro. In: FARIA, F./ MARQUES, M. **Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo libero-conservador**. Sertão Cult, Sobral, pp. 13-19, 2020a.

_____. O neofascista Bolsonaro diante da pandemia. **Blog da Boitempo**, 28 abr. 2020b. Disponível em https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/28/michael-lowy-o-neofascista-bolsonaro-diante-dapandemia/>. Acessado em 04 dez. 2021

MATTOS, M.B. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. Usina Editoria, São Paulo, 2020.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Título original: *Pouvouir Politique et classes sociales*. Editions François Maspero/La Découverte, Paris, France (1972). Tradução: Maria Leonor F. R. Loureiro – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

VALLE, A. F. P.; PASSO, O. F. D. As frações Burguesas e o Governo Bolsonaro durante a pandemia da Covid-19. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, vol. 6, n°9, p. 21-45. Marília, SP: dez, 2021.